

Marcas invisíveis: os impactos psicossociais da violência doméstica em mulheres

Invisible marks: the psychosocial impacts of domestic violence on women

Amanda Matos de Araújo Damasceno¹

Flávia Dayana Silva Pereira²

Adélia Dalva da Silva Oliveira³

Resumo

A violência doméstica contra mulheres constitui um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, estando associada a diversas repercussões físicas, emocionais e sociais. Este estudo teve como objetivo sintetizar as evidências científicas sobre os impactos psicossociais da violência doméstica em mulheres, bem como identificar fatores associados à intensificação ou mitigação desses efeitos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, LILACS e Scopus, considerando publicações entre 2020 e 2026. Utilizou-se o modelo PICO com descritores relacionados a mulheres, violência doméstica e impactos psicossociais. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, oito estudos compuseram a amostra final. Os resultados evidenciaram que a violência doméstica está fortemente associada ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, baixa autoestima e sofrimento psicológico, além de consequências sociais como isolamento social, dependência econômica e dificuldades nas relações interpessoais. Fatores socioculturais, como desigualdade de gênero, e a transmissão intergeracional da violência contribuem para a perpetuação do fenômeno. Intervenções psicossociais, programas de apoio e ferramentas digitais demonstraram potencial para fortalecer a autonomia das mulheres e reduzir os impactos negativos. Conclui-se que o enfrentamento da violência doméstica exige estratégias intersetoriais e políticas públicas voltadas à prevenção, identificação precoce e suporte integral às mulheres.

¹Centro Universitário Tecnológico de Teresina – UNI-CET, Teresina – PI – Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7999-8729>.

²Centro Universitário Tecnológico de Teresina – UNI-CET, Teresina – PI – Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0017-5697>.

³Centro Universitário Tecnológico de Teresina – UNI-CET, Teresina – PI – Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8344-9820>.

Palavras-chave: violência doméstica; violência contra a mulher; saúde mental; impactos psicossociais; mulheres.

Abstract

Domestic violence against women constitutes a serious public health problem and a violation of human rights, being associated with several physical, emotional and social repercussions. This study aimed to synthesize the scientific evidence on the psychosocial impacts of domestic violence on women, as well as to identify factors associated with the intensification or mitigation of these effects. This is an integrative literature review, with searches conducted in the PubMed/MEDLINE, LILACS and Scopus databases, considering publications between 2020 and 2026. The PICO model was used with descriptors related to women, domestic violence and psychosocial impacts. After applying inclusion and exclusion criteria, eight studies comprised the final sample. The results showed that domestic violence is strongly associated with the development of mental health problems, such as depression, anxiety, post-traumatic stress, low self-esteem and psychological distress, in addition to social consequences such as social isolation, economic dependence and difficulties in interpersonal relationships. Sociocultural factors, such as gender inequality, and the intergenerational transmission of violence contribute to the perpetuation of the phenomenon. Psychosocial interventions, support programs and digital tools have demonstrated the potential to strengthen women's autonomy and reduce negative impacts. It is concluded that coping with domestic violence requires intersectoral strategies and public policies aimed at prevention, early identification and comprehensive support for women.

Keywords: domestic violence; violence against women; mental health; psychosocial impacts; women.

1 Introdução

A violência doméstica contra mulheres constitui um grave problema social e de saúde pública global, caracterizado por atos de agressão física, psicológica, sexual ou econômica cometidos por parceiros íntimos ou familiares. Historicamente naturalizada em muitas culturas, essa forma de violência representa uma violação fundamental dos direitos humanos e impõe desafios complexos aos sistemas de saúde, assistência social e políticas públicas (Machado; Bhona; Lourenço, 2020; Wessells; Kostelyn, 2022). Apesar dos avanços legislativos e das campanhas de conscientização nas últimas décadas, a violência doméstica ainda persiste como uma realidade alarmante, afetando milhões de mulheres em diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

Dados da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2024) indicam que aproximadamente 736 milhões de mulheres em todo o mundo, cerca de 1/3 dessa população, já sofreu violência física e/ou sexual por parte de parceiros íntimos ou violência sexual por não parceiros ao longo da vida. Estudo publicado em 2023 pela Lancet aponta que, embora a prevalência global tenha se

mantido estável na última década, houve um aumento na notificação de casos em países de baixa e média renda, especialmente após a pandemia de COVID-19, que agravou fatores de risco como isolamento social, estresse econômico e convivência forçada (Sardinha et al., 2023). No Brasil, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam que mais de 50% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica, com aumento expressivo nos casos de violência psicológica e stalking nos últimos dois anos.

A violência doméstica apresenta características diversas, podendo se manifestar de forma contínua ou episódica, com intensidade que varia desde agressões sutis, como humilhações, controle psicológico e *gaslighting*, até violência física severa e feminicídio. Essa heterogeneidade dificulta a identificação precoce e a intervenção adequada pelos profissionais de saúde, exigindo uma abordagem integrada entre saúde, assistência social, justiça e educação (Carneiro et al., 2021). Além disso, fatores psicossociais como desigualdade de gênero, dependência econômica, baixa escolaridade, experiências prévias de abuso e fragilidade das redes de apoio contribuem para a vulnerabilidade feminina e para a perpetuação do ciclo de violência (Sousa et al., 2025).

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: De que forma a violência doméstica impacta os aspectos psicossociais das mulheres, e quais fatores contribuem para a intensificação ou mitigação desses impactos? Essa questão visa direcionar a investigação para compreender tanto os efeitos negativos quanto os mecanismos de resiliência e intervenção disponíveis. A hipótese formulada é que a violência doméstica está associada a prejuízos significativos na saúde mental e social das mulheres, sendo agravada por fatores de vulnerabilidade psicossocial, enquanto estratégias de apoio e intervenção multidisciplinar podem atenuar seus efeitos negativos.

Diante desse contexto, o objetivo do estudo foi sintetizar as evidências científicas relacionadas aos impactos psicossociais da violência doméstica em mulheres, abordando as consequências emocionais e sociais dessas vivências, bem como identificar fatores associados à intensificação ou mitigação desses efeitos. A pesquisa busca fornecer subsídios para políticas públicas, práticas de cuidado e estratégias de prevenção voltadas à promoção da saúde e proteção das mulheres vítimas de violência, com ênfase no papel do profissional médico na identificação precoce e no encaminhamento adequado para suporte psicossocial.

2 Revisão da Literatura

2.1 Conceitos, tipologias e o ciclo da violência doméstica contra a mulher

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo, reconhecido como grave violação dos direitos humanos e problema de saúde pública em âmbito global. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006). A referida lei tipifica cinco formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, todas interligadas por um objetivo comum de controle e subjugação da vítima (Brasil, 2006).

A violência física corresponde ao emprego de força física que causa dor corporal, desde tapas até espancamento fatal, sendo frequentemente a forma mais visível e passível de identificação por profissionais de saúde (Rosas; Cionek, 2006). A violência psicológica é caracterizada por condutas que causam dano emocional, diminuição da autoestima, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante e chantagem, sendo considerada a mais sutil e difícil de ser identificada pela própria vítima (Hirigoyen, 2006; Silva et al., 2022).

A violência sexual envolve qualquer ato sexual não consentido, incluindo estupro dentro do casamento, enquanto a violência patrimonial consiste em retenção ou destruição de bens da mulher, e a violência moral refere-se a calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006; Leite et al., 2019).

Um conceito fundamental para a compreensão da dinâmica da violência doméstica é o "ciclo da violência", proposto por Walker (2009), que descreve três fases recorrentes: a fase da acumulação de tensão, marcada por agressões verbais e controle; a fase da explosão, com agressões físicas ou sexuais; e a fase da lua de mel, na qual o agressor se arrepende, demonstra comportamentos amorosos e faz promessas de mudança. Esse ciclo pode se repetir indefinidamente, com intervalos cada vez menores entre as fases, dificultando o rompimento do relacionamento abusivo (Monteiro, 2012). A violência doméstica está enraizada em estruturas históricas de desigualdade de gênero e patriarcado. Colling (2020) destaca que a violência doméstica é culturalmente produzida pelo patriarcado, que se manifesta pela tendência de diminuir a mulher em relação ao homem, gerando vulnerabilização das vítimas.

2.2 Impactos psicossociais na saúde mental da mulher e transgeracionalidade

A violência doméstica afeta negativamente as mulheres não apenas em sua integridade física, mas também em sua saúde psicológica, gerando traumas que podem se perpetuar por toda a vida (Silva et al., 2022). Os impactos psicossociais incluem baixa autoestima, isolamento social, medo, ansiedade, pensamento e comportamento suicida, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Brito, Eulálio & Júnior, 2020; Freitas et al., 2020).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEPT é comum em vítimas de violência, gerando ansiedade e impactando a qualidade de vida, podendo apresentar manifestações como insônia, pesadelos, irritabilidade, culpa, sentimento de inferioridade, crises de pânico, fobias e uso abusivo de álcool e drogas (APA, 2014; Dias, Canavez & Matos, 2018).

Além dos transtornos mentais, as vítimas podem apresentar manifestações físicas como contusões, fraturas, hematomas, dores crônicas, e manifestações sociais como isolamento por medo e vergonha (Dias, Canavez & Matos, 2018; Brito, Eulálio & Júnior, 2020). Estudos apontam que mulheres em situação de violência recorrem aos serviços de saúde com queixas de lesões, dores crônicas, depressão e baixa autoestima, muitas vezes ocultando a origem violenta desses agravos (Souza & Cintra, 2018). A violência também pode levar a alterações no funcionamento cerebral, comprometendo a capacidade de planejamento, organização e tomada de decisões (Likitlersuang et al., 2023).

A violência doméstica tende a apresentar caráter transgeracional, ou seja, padrões de comportamento violento são descritos em várias gerações de famílias (Razera, Cenci & Falcke, 2014). Crianças que crescem em lares violentos internalizam modelos de comportamentos abusivos, o que aumenta a probabilidade de, na vida adulta, assumirem o papel de vítimas ou agressores em seus próprios relacionamentos (Dotto, Pinto & Kruehl, 2021).

As crianças que presenciam violência doméstica podem se tornar vulneráveis ao desenvolvimento de aspectos psicopatológicos, como déficit de atenção, distúrbios de aprendizagem, pesadelos, ansiedade, raiva, culpa, quadros fóbico-ansiosos e depressivos (Hildebrand et al., 2015). A longo prazo, podem apresentar esgotamento emocional, dependência química, síndrome do pânico, pensamento suicida e dificuldades nas relações interpessoais (Pinheiro et al., 2024).

2.3 Políticas públicas, enfrentamento e o papel dos profissionais de saúde

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres desenvolve ações para desconstruir mitos e estereótipos de gênero, romper o ciclo da desigualdade e implementar a Lei Maria da Penha (Brasil, 2011a). O atendimento às vítimas deve ser multiprofissional, com diálogo e planejamento entre os setores de saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social, para que as informações não se fragmentem (Paz et al., 2019; Brasil, 2011a). A rede de acolhimento inclui Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Defensorias da Mulher (Brasil, 2011a).

No entanto, estudos apontam fragilidades na formação profissional em saúde para assistência em casos de violência contra a mulher, com dificuldades para efetivar políticas públicas de prevenção e enfrentamento. Profissionais da atenção básica muitas vezes desconhecem os direitos humanos das mulheres previstos em lei, o que contribui para a subnotificação compulsória (Oliveira & Ferigato, 2019).

O enfrentamento da violência requer ação conjunta de serviços governamentais e não governamentais, atuando de forma articulada e integral, com comunicação entre setores e profissionais (Brasil, 2011a). A atuação do profissional de saúde, especialmente na atenção primária, é fundamental para a identificação precoce de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como para o encaminhamento adequado para suporte psicossocial, psicológico, social e legal (Carneiro et al., 2021). A integração entre cuidado clínico, abordagem psicossocial e articulação com serviços de proteção permite reduzir os efeitos da violência na saúde mental, promovendo maior autonomia, segurança e qualidade de vida às mulheres (Carneiro et al., 2021; Sousa et al., 2025).

3 Metodologia

Este estudo tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, que teve como objetivo reunir, sintetizar e analisar criticamente a produção científica sobre os impactos psicossociais da violência doméstica em mulheres. A questão que norteou a pesquisa foi: *De que forma a violência doméstica impacta os aspectos psicossociais das mulheres, e quais fatores contribuem para a intensificação ou mitigação desses impactos?*

Foram incluídos no estudo artigos originais e completos, publicados entre 2020 e 2026, disponíveis em revistas indexadas, que abordassem a violência doméstica contra mulheres e seus

impactos psicossociais. Foram excluídos estudos de revisão, artigos de opinião, teses, dissertações, textos incompletos e artigos fora do recorte temporal estabelecido.

A busca foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, LILACS (via Biblioteca Virtual em Saúde) e Scopus. Para a construção da estratégia de busca, utilizou-se o modelo PICO, no qual P representou a população (mulheres, gênero feminino), I representou o interesse do estudo (violência doméstica, violência contra a mulher) e Co representou o contexto abordado (impactos psicossociais, saúde mental). Os descritores foram organizados entre Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH), combinados com os operadores booleanos "AND" e "OR".

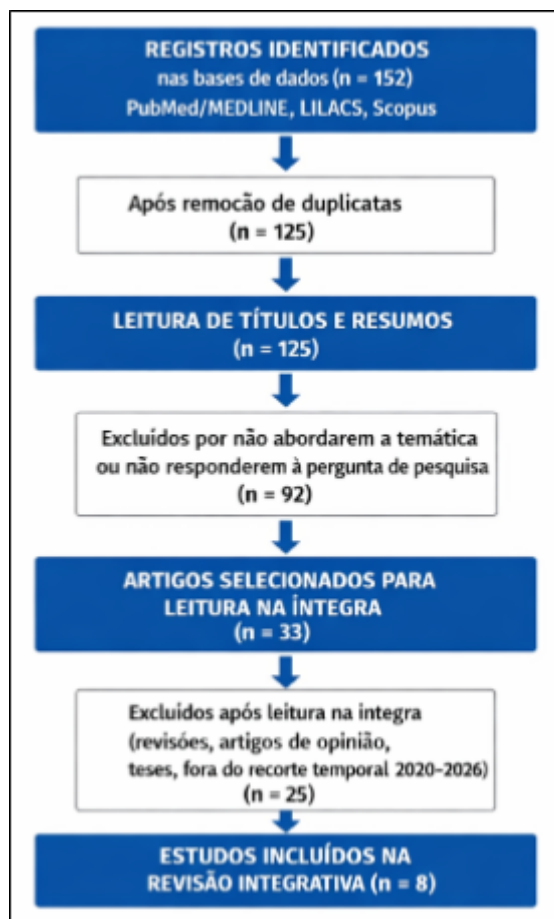
A seleção dos estudos foi realizada em etapas. Inicialmente, identificaram-se os registros nas bases de dados. Em seguida, realizou-se a triagem por meio da leitura de títulos e resumos, restando os artigos pré-selecionados para leitura na íntegra. Após a avaliação da elegibilidade dos textos completos, definiu-se a amostra final da revisão.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, por meio da leitura aprofundada de cada artigo, da identificação das ideias centrais e da categorização dos achados em temas principais, o que permitiu a síntese das evidências e a organização dos resultados para a discussão.

4 Resultados e Discussão

A busca nas bases de dados resultou inicialmente na identificação de 152 registros potencialmente relacionados à temática da violência doméstica contra mulheres e seus impactos psicossociais (Figura 1). Após a remoção de 27 estudos duplicados, permaneceram 125 artigos para a etapa de triagem. Na fase de leitura de títulos e resumos, foram excluídos 92 estudos por não abordarem diretamente a violência doméstica contra mulheres ou por não investigarem seus impactos psicossociais. Dessa forma, 33 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Após a avaliação do texto completo, 25 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade estabelecidos, tais como serem estudos de revisão, artigos de opinião, teses, por estarem fora do recorte temporal definido entre 2020 e 2026, ou por não responderem à pergunta de pesquisa. Assim, 8 artigos compuseram a amostra final desta revisão integrativa, sendo incluídos na análise qualitativa dos resultados.

Figura 1. Fluxograma de triagem dos artigos sobre os impactos psicossociais da violência doméstica contra a mulher.



A fim de sintetizar as principais características dos estudos que compuseram a amostra final desta revisão integrativa, elaborou-se a Tabela 1, na qual constam informações sobre ano de publicação, autores, objetivos, delineamento metodológico e principais desfechos de cada um dos 8 artigos selecionados. Os estudos foram publicados entre 2020 e 2026, sendo dois ensaios clínicos randomizados, um estudo piloto, um estudo experimental, dois estudos analíticos, um estudo transversal populacional e um protocolo de ensaio clínico. As pesquisas foram conduzidas em diferentes contextos socioculturais, incluindo Nepal, Suécia, Estados Unidos, Canadá, Sudão do Sul e África do Sul, abordando tanto os impactos psicossociais da violência doméstica quanto estratégias de intervenção voltadas à redução desses impactos e ao fortalecimento da autonomia feminina.

Tabela 1. Síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa conforme ano, autor, objetivo, método e desfechos.

Ano	Autor	Objetivo	Método	Desfechos
2022	Sapkota et al.	Avaliar uma intervenção psicossocial pré-natal para melhorar a saúde mental de gestantes expostas à violência doméstica no Nepal	Estudo piloto com intervenção psicossocial durante o pré-natal	A intervenção demonstrou melhora na saúde mental, redução do sofrimento psicológico e fortalecimento do apoio emocional às mulheres
2025	Seyyedi Nasooh Abad et al.	Investigar a eficácia da entrevista motivacional na autoestima e autoeficácia de mulheres que vivenciam violência por parceiro íntimo	Estudo experimental com aplicação da técnica de entrevista motivacional	Houve aumento significativo da autoestima e da autoeficácia das participantes após a intervenção
2025	Achar et al.	Desenvolver e testar um protocolo de intervenção combinando entrevista motivacional e terapia comportamental de casal para reduzir violência e consumo de álcool	Protocolo de ensaio clínico randomizado	Espera-se redução da violência por parceiro íntimo e do consumo de álcool, além de melhora nas relações conjugais
2020	Ford-Gilboe et al.	Avaliar os impactos longitudinais de uma intervenção online de segurança e saúde para mulheres vítimas de violência	Ensaio clínico randomizado longitudinal	Resultados indicaram melhora na saúde mental, redução do risco de violência e aumento da sensação de segurança
2020	Decker et al.	Adaptar o aplicativo de segurança myPlan para mulheres vítimas de violência em países de baixa e média renda	Estudo de adaptação e protocolo de ensaio clínico	O aplicativo mostrou potencial para auxiliar mulheres no planejamento de segurança e acesso a recursos de proteção
2020	Ellsberg et al.	Investigar a prevalência e fatores associados à violência contra mulheres em áreas afetadas por conflito no Sudão do Sul	Estudo transversal populacional	Alta prevalência de violência física, sexual e psicológica, associada a contextos de conflito e desigualdade de gênero
2021	Corley et al.	Analisar atitudes de gênero e sua relação com violência por parceiro íntimo e saúde mental	Estudo analítico com análise de classes latentes	Atitudes de gênero desiguais estiveram associadas a maior ocorrência de violência e pior saúde mental

2025	Closson	Avaliar se crenças masculinas sobre igualdade associadas populacionais apresentaram menor probabilidade de relatar parceiro íntimo	Estudo analítico com dados mais igualitários de gênero estão associados a menor prática de violência por comportamentos	Homens com crenças et al. mais igualitárias de gênero estão associados a maior prática de violência por comportamentos violentos.
-------------	---------	--	---	---

Os estudos analisados apresentaram diferentes delineamentos metodológicos, com predominância de ensaios clínicos randomizados, estudos observacionais e protocolos de intervenção, realizados em diferentes contextos socioculturais. As pesquisas incluídas investigaram tanto os impactos psicossociais da violência doméstica sobre mulheres quanto estratégias de intervenção voltadas à redução desses impactos e ao fortalecimento da autonomia feminina. A partir da análise qualitativa dos dados, organizaram-se os achados em três categorias principais: impactos psicossociais da violência doméstica na saúde mental das mulheres; fatores socioculturais e transgeracionais associados à perpetuação da violência; e intervenções psicossociais e estratégias de enfrentamento.

4.1 Impactos psicossociais da violência doméstica na saúde mental das mulheres

Os estudos analisados evidenciaram que a violência por parceiro íntimo está fortemente associada a prejuízos significativos na saúde mental das mulheres, corroborando a literatura que aponta esse fenômeno como um importante determinante social de adoecimento psicológico. As pesquisas incluídas nesta revisão demonstraram que mulheres expostas à violência doméstica apresentam maior risco de desenvolver depressão, ansiedade, sofrimento psicológico, baixa autoestima e comprometimento da qualidade de vida.

Sapkota et al. (2022) identificaram que gestantes expostas à violência doméstica no Nepal apresentavam níveis elevados de sofrimento emocional e vulnerabilidade psicológica, reforçando que a violência durante a gestação pode intensificar os riscos à saúde mental materna. A intervenção psicossocial aplicada no estudo demonstrou melhora na saúde mental, redução do sofrimento psicológico e fortalecimento do apoio emocional às mulheres. De forma semelhante, Ford-Gilboe et al. (2020) observaram que mulheres que vivenciam violência por parceiro íntimo apresentam pior percepção de saúde, maior sofrimento psicológico e dificuldades relacionadas ao bem-estar social, sendo que a intervenção online aplicada no estudo resultou em melhora da saúde mental, redução do risco de violência e aumento da sensação de segurança.

Ellsberg et al. (2020) destacaram que, em contextos de vulnerabilidade social e conflitos armados, como observado no Sudão do Sul, a prevalência de violência contra mulheres é

significativamente elevada, o que contribui para a intensificação dos impactos psicossociais e para o agravamento de condições relacionadas à saúde mental. Corley et al. (2021) identificaram associação entre experiências de violência por parceiro íntimo e indicadores negativos de saúde mental, evidenciando que atitudes de gênero desiguais estiveram associadas a maior ocorrência de violência e pior saúde mental.

Dantas e Pereira (2024) corroboraram esses achados ao destacar que a violência doméstica contra a mulher produz sequelas psicossociais profundas, incluindo sentimentos de medo, culpa, vergonha e isolamento social, que frequentemente evoluem para quadros depressivos e ansiosos graves. Os autores enfatizaram que tais impactos não se restringem ao momento das agressões, mas se prolongam por anos, comprometendo a capacidade de a vítima reconstruir sua vida após o rompimento do relacionamento abusivo.

Alves (2025) argumentou que os impactos psicossociais da violência doméstica transcendem o sofrimento psicológico individual, afetando também a inserção social e laboral das mulheres. O autor apontou que muitas vítimas desenvolvem um quadro de "paralisia decisória", no qual a exposição prolongada à violência compromete a autoconfiança e a capacidade de planejar o futuro, perpetuando o ciclo de dependência do agressor. Gonçalves, Santos e Lyra (2026) complementaram essa análise ao investigarem as repercussões psicossociais da violência intrafamiliar contra mulheres em contexto brasileiro, identificando que, além dos transtornos mentais clássicos, as vítimas frequentemente apresentam queixas somáticas inespecíficas, como cefaleias crônicas, distúrbios gastrointestinais e fadiga persistente, que mascaram o sofrimento psíquico subjacente.

4.2 Fatores socioculturais e transgeracionais associados à violência contra mulheres

Os estudos analisados apontaram que desigualdades de gênero, normas culturais permissivas à violência e crenças relacionadas aos papéis tradicionais de gênero contribuem para a perpetuação da violência doméstica. Corley et al. (2021) identificaram que atitudes de gênero mais desiguais estavam associadas a maior prevalência de violência por parceiro íntimo e a piores indicadores de saúde mental entre mulheres. Closson et al. (2025) observaram que homens que apresentavam crenças mais favoráveis à igualdade de gênero relataram menor probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos contra parceiras íntimas, sugerindo que transformações nas percepções sociais acerca das relações de gênero podem contribuir significativamente para a prevenção da violência doméstica.

Ellsberg et al. (2020) destacaram que fatores contextuais, como conflitos armados, instabilidade social e fragilidade institucional, ampliam a vulnerabilidade das mulheres à violência. Dantas e Pereira (2024) reforçaram que o feminicídio, enquanto expressão mais extrema da violência de gênero, é o desfecho trágico de um processo no qual fatores socioculturais – como a naturalização da violência, a impunidade dos agressores e a fragilidade das redes de proteção – desempenham papel central.

Alves (2025) acrescentou que a transmissão intergeracional da violência constitui um dos mecanismos mais perversos de perpetuação do fenômeno. O autor observou que crianças que crescem em lares violentos internalizam padrões relacionais abusivos, o que aumenta a probabilidade de, na vida adulta, reproduzirem comportamentos violentos (no caso dos homens) ou se submeterem a relacionamentos abusivos (no caso das mulheres).

Albanes et al. (2025) corroboraram essa perspectiva ao investigarem os impactos da violência intrafamiliar no desenvolvimento infantil, evidenciando que a exposição precoce à violência compromete o desenvolvimento emocional e social de crianças e adolescentes, criando um terreno fértil para a repetição do padrão violento nas gerações futuras. Gonçalves, Santos e Lyra (2026) também identificaram esse ciclo transgeracional, ressaltando que a violência intrafamiliar contra mulheres produz repercussões que se estendem para além da vítima direta, afetando toda a dinâmica familiar.

4.3 Intervenções psicossociais e estratégias de enfrentamento da violência doméstica

Os estudos analisados demonstraram que estratégias baseadas em intervenções psicossociais, aconselhamento motivacional e ferramentas digitais de apoio apresentam potencial significativo para promover melhorias na saúde mental e no empoderamento das mulheres. Seyyedi Nasooh Abad et al. (2025) evidenciaram que a aplicação da entrevista motivacional contribuiu para o aumento significativo da autoestima e da autoeficácia em mulheres que vivenciam violência por parceiro íntimo. Achar et al. (2025) propuseram um protocolo de ensaio clínico randomizado combinando entrevista motivacional e terapia comportamental de casal, com expectativa de redução da violência por parceiro íntimo e do consumo de álcool, além de melhora nas relações conjugais.

Ford-Gilboe et al. (2020) demonstraram que intervenções baseadas em plataformas digitais, voltadas ao planejamento de segurança e à tomada de decisão, foram eficazes na melhoria da saúde mental e na redução do risco de revitimização. Decker et al. (2020) ressaltaram o potencial do aplicativo de segurança myPlan para auxiliar mulheres na identificação de riscos,

no planejamento de estratégias de proteção e no acesso a recursos de apoio, embora tenham destacado a necessidade de adaptação cultural dessas tecnologias para diferentes contextos sociais.

Dantas e Pereira (2024) defenderam que o enfrentamento da violência doméstica exige uma abordagem intersetorial, na qual os sistemas de saúde, justiça, assistência social e educação atuem de forma coordenada. Os autores criticaram a fragmentação das políticas públicas no Brasil, que muitas vezes resulta em descontinuidade do cuidado e revitimização das mulheres ao longo do processo de denúncia e acolhimento. Alves (2025) propôs que intervenções psicossociais voltadas ao empoderamento feminino devem incluir não apenas o suporte psicológico individual, mas também ações comunitárias que fortaleçam as redes de apoio e promovam a autonomia econômica das mulheres, citando experiências de grupos de ajuda mútua e oficinas de geração de renda como estratégias complementares à psicoterapia.

Gonçalves, Santos e Lyra (2026) acrescentaram que o papel do profissional de saúde, em especial na atenção primária, é fundamental para a identificação precoce da violência e para o acolhimento inicial das vítimas, sugerindo a implementação de protocolos de rotina para rastreamento de violência doméstica em consultas de pré-natal, puericultura e atendimento a queixas de saúde mental, bem como a capacitação contínua das equipes multiprofissionais para abordar o tema com sensibilidade e sem julgamento. Albanes et al. (2025) complementaram que intervenções precoces junto a crianças expostas à violência intrafamiliar são essenciais para romper o ciclo transgeracional, incluindo acompanhamento psicológico e suporte às famílias.

De modo geral, os resultados evidenciaram que a violência doméstica está associada a importantes repercussões na saúde mental das mulheres, incluindo o desenvolvimento de sintomas de depressão, ansiedade, sofrimento psicológico, baixa autoestima e redução da autoeficácia. Esses efeitos comprometem significativamente o bem-estar e a qualidade de vida das vítimas, além de dificultarem o rompimento do ciclo de violência. Experiências prolongadas de violência podem resultar em impactos emocionais duradouros e maior vulnerabilidade psicossocial, especialmente em contextos de desigualdade social ou conflitos armados.

A literatura destacou a presença de fatores socioculturais e transgeracionais que contribuem para a ocorrência e manutenção da violência doméstica, como desigualdade de gênero, normas sociais que toleram comportamentos violentos, consumo abusivo de álcool, fragilidade das redes de apoio social e reprodução intergeracional de padrões abusivos. Crenças culturais e atitudes relacionadas aos papéis de gênero demonstraram associação direta com maior

prevalência de violência por parceiro íntimo e com piores indicadores de saúde mental entre as mulheres.

Em contrapartida, diversos estudos investigaram estratégias de intervenção voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e à redução de seus impactos psicossociais. Intervenções baseadas em entrevista motivacional, aconselhamento psicossocial, terapias comportamentais e programas de apoio durante o acompanhamento pré-natal demonstraram efeitos positivos na melhoria da autoestima, no aumento da autoeficácia e no fortalecimento emocional das mulheres em situação de violência. O uso de ferramentas digitais e intervenções online, como aplicativos de planejamento de segurança e plataformas virtuais de apoio, demonstrou potencial para ampliar o acesso das mulheres a informações, suporte e estratégias de proteção, contribuindo para o planejamento de segurança, fortalecimento da autonomia e redução da exposição à violência.

5 Considerações Finais

A presente revisão integrativa evidenciou que a violência doméstica contra mulheres está associada a graves e múltiplos impactos psicossociais, comprometendo significativamente a saúde mental, o bem-estar social e a qualidade de vida das vítimas. Os principais achados demonstraram que mulheres expostas à violência por parceiro íntimo apresentam maior risco de desenvolver depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, sofrimento psicológico, baixa autoestima e redução da autoeficácia, além de consequências sociais como isolamento social, dependência econômica e dificuldades nas relações interpessoais. Fatores socioculturais e transgeracionais, como desigualdade de gênero, normas sociais que toleram comportamentos violentos, consumo abusivo de álcool, fragilidade das redes de apoio e reprodução intergeracional de padrões abusivos, foram apontados como elementos centrais na perpetuação do fenômeno, especialmente em contextos de conflitos armados e instabilidade social.

O objetivo do estudo foi plenamente alcançado ao sintetizar as evidências científicas sobre os impactos psicossociais da violência doméstica em mulheres, bem como identificar fatores associados à intensificação ou mitigação desses efeitos. Verificou-se que intervenções psicossociais baseadas em entrevista motivacional, aconselhamento psicossocial, terapias comportamentais e programas de apoio durante o pré-natal demonstraram efeitos positivos na melhoria da autoestima, no aumento da autoeficácia e no fortalecimento emocional das mulheres. O uso de ferramentas digitais, como aplicativos de planejamento de segurança e plataformas virtuais de apoio, mostrou potencial para ampliar o acesso a informações, suporte e estratégias de proteção, especialmente em contextos onde os serviços presenciais são limitados.

Os achados reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais e políticas públicas voltadas à prevenção, identificação precoce e suporte integral às mulheres em situação de violência doméstica, com destaque para o papel da atenção primária à saúde na detecção precoce e no acolhimento das vítimas. Recomenda-se a implementação de protocolos de rastreamento em consultas de pré-natal e saúde mental, a capacitação contínua de equipes multiprofissionais, o fortalecimento das redes de apoio e a promoção de ações educativas que desconstruam normas culturais de naturalização da violência. Pesquisas futuras devem investigar os impactos em subpopulações específicas e avaliar a efetividade de intervenções no contexto brasileiro, considerando suas especificidades regionais e culturais.

Referências

- ACHAR, M. et al. Protocol for a randomized controlled trial of a combined motivational interviewing and behavioral couples therapy intervention to reduce intimate partner violence and alcohol use in South India. **PLOS ONE**, v. 20, n. 12, e0335332, 2025.
- ALBANES, N. et al. Os impactos da violência intrafamiliar no desenvolvimento infantil. **Revista Foco**, v. 18, n. 10, 2025.
- ALVES, H. B. Os impactos psicossociais da violência doméstica. **Ciências Humanas**, v. 29, ed. 147, jun. 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011a.
- BRITO, J. C. S.; EULÁLIO, M. C.; SILVA JÚNIOR, E. G. A presença de transtorno mental comum em mulheres em situação de violência doméstica. **Contextos Clínicos**, v. 13, n. 1, 2020.
- CARNEIRO, C. K. et al. Da identificação à intervenção: abordagem do médico da família e comunidade na violência contra a mulher. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 7, p. 1–7, 2021.
- COLLING, A. M. Violência contra as mulheres – herança cruel do patriarcado. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, p. 171-194, 2020.

- CLOSSON, K.; JOHNS, N. E.; RAJ, A. Are men's gender equality beliefs associated with self-reported intimate partner violence perpetration? A state-level analysis of California men. **PLOS ONE**, v. 20, n. 1, e0315293, 2025.
- CORLEY, A.; GLASS, N.; REMY, M. M.; PERRIN, N. A Latent class analysis of gender attitudes and their associations with intimate partner violence and mental health in the Democratic Republic of Congo. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 8, p. 4063, 2021.
- DANTAS, C. S.; PEREIRA, E. M. S. Da violência doméstica ao feminicídio: os impactos psicossociais causados em desfavor da vítima. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, e6259, 2024.
- DECKER, M. R. et al. Adapting the myPlan safety app to respond to intimate partner violence for women in low and middle income country settings: app tailoring and randomized controlled trial protocol. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1, p. 808, 2020.
- DIAS, S. A. S.; CANAVEZ, L. S.; MATOS, E. S. Transtorno de estresse pós-traumático em mulheres vítimas de violência doméstica: prejuízos cognitivos e formas de tratamento. **Revista Valore**, v. 3, n. 2, p. 597-622, 2018.
- DOTTO, A. L.; PINTO, M.; KRUEL, C. S. Violência doméstica: impactos na maternidade e nos filhos. In: **Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE**, 2021, Santa Maria. Anais... Santa Maria: Universidade Franciscana, 2021.
- FREITAS, R. G. et al. Percepções do atendimento em saúde no contexto de violência conjugal. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 34, 2020.
- ELLSBERG, M. et al. No safe place: Prevalence and correlates of violence against conflict-affected women and girls in South Sudan. **PLOS ONE**, v. 15, n. 10, e0237965, 2020.
- FORD-GILBOE, M. et al. Longitudinal impacts of an online safety and health intervention for women experiencing intimate partner violence: randomized controlled trial. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1, p. 260, 2020.
- GONÇALVES, F. F.; SANTOS, D. F.; LYRA, F. A. Repercussões psicossociais da violência intrafamiliar contra as mulheres. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 9, n. 1, e86045, 2026.
- HILDEBRAND, N. A. et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, 2015.
- HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, E190056, 2019.

LIKITLERSUANG, J. et al. Intimate partner violence and brain imaging in women: a neuroimaging literature review. **Brain Injury**, v. 37, n. 2, p. 101-113, 2023.

MONTEIRO, F. S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2012.

OLIVEIRA, M. T.; FERIGATO, S. H. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 508-521, 2019.

PAZ, P. O. et al. Vulnerability of women in situation of violence in specialized service. **Aquichan**, v. 19, n. 2, 2019.

PINHEIRO, C. C. et al. Impactos psicossociais da violência doméstica em crianças. **Revista Encontros Científicos UNIVS**, v. 5, n. 1, p. 23-25, 2024.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

SAPKOTA, D. et al. Antenatal-based pilot psychosocial intervention to enhance mental health of pregnant women experiencing domestic and family violence in Nepal. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 5–6, p. NP3605–NP3627, 2022.

SARDINHA, L. et al. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. **The Lancet**, v. 399, p. 803–813, 2022.

SEYYEDI NASOOH ABAD, M. et al. Effectiveness of the motivational interviewing technique on self-efficacy and self-esteem in women facing intimate partner violence. **Archives of Psychiatric Nursing**, v. 57, p. 151938, 2025.

SILVA, P. R. O. et al. Os possíveis impactos psicossociais na mulher diante da violência doméstica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, e241111032666, 2022.

SOUSA, M. V. C. et al. Vertentes do manejo psicossocial e técnico acerca da violência doméstica, associada à depressão, na medicina: um relato de experiência. **Asclepius International Journal of Scientific Health Science**, v. 4, n. 8, p. 240–250, 2025.

SOUZA, A. A. C.; CINTRA, R. B. Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. **Revista Bioética**, v. 26, n. 1, p. 77-86, 2018.

WALKER, L. E. A. **The Battered Woman Syndrome**. Springer Publishing Company, 2009.

WESSELLS, M. G.; KOSTELNY, K. The psychosocial impacts of intimate partner violence against women in LMIC contexts: toward a holistic approach. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 21, p. 14488, 2022.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women: key facts**. Geneva: WHO, 2024.